



Botannica Tirannica: da genealogia do preconceito às possibilidades de um ecossistema errante

Giselle Beiguelman[1]

RESUMO: Este artigo apresenta a pesquisa feita no projeto artístico *Botannica Tirannica*. O projeto investiga a relação entre a ciência hegemônica, a botânica clássica e o imaginário colonialista elaborado nas formas de dominação da natureza e suas projeções nas tecnologias contemporâneas, em especial a Inteligência Artificial (IA). Para tanto, faz uma genealogia do preconceito e das formas pelas quais se organiza como linguagem verbal e estética. Com foco na nomenclatura (popular e científica) das plantas, parte de um vasto levantamento de plantas com nomes racistas, antissemitas e machistas, em latim e em várias línguas vernáculas, para problematizar suas relações com a eugenia. São exemplares dessas construções nomes que remetem à escravização africana, como *Crassula Hottentot* e limão kaffir; à violência colonial contra os indígenas, como chá-de-bugre; o popular judeu errante, um dos termos referenciais da propaganda nazista; e libelos misóginos, como costela-de-adão, e flores, geralmente brancas, denominadas *virginiana*, *virginicum* e *virginica*. Ao longo do texto, evidencia-se como a naturalização desses termos consolida desde noções cientificamente infundadas, como “ervas-daninhas”, a métodos ancorados na padronização, centrais para a Inteligência Artificial. Em contraposição a uma possível eugenia maquínica, o artigo apresenta experimentos feitos em *Botannica Tirannica*, que se apropriam desse repertório para buscar um ecossistema errante.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo. Nomenclatura botânica. Eugenia. Daninhas. Inteligência Artificial.

Botannica Tirannica: from a genealogy of prejudice to the possibilities of a wandering ecosystem

ABSTRACT: This article presents the research carried out in the artistic project *Botannica Tirannica*. The project investigates the relationship between hegemonic science, classical botany, and the



colonialist imaginary elaborated in the forms of domination of nature and its projections in contemporary technologies, in particular Artificial Intelligence (AI). To do so, it makes a genealogy of prejudice and how it organizes as a verbal and aesthetic language. Focusing on the (popular and scientific) nomenclature of plants, it starts from an extensive survey of plants with racist, anti-Semitic, and sexist names in Latin and several vernacular languages to problematize their relations with eugenic coma. Examples of these constructions are names that refer to African enslavement, such as *Crassula Hottentot* and kaffir lime; colonial violence against indigenous peoples, such as Indian hemp; the popular wandering Jew, one of the terms of reference in Nazi propaganda; and misogynistic, such as Hooker lips and flowers, usually white, called *virginiana*, *virginicum*, and *virginica*. Throughout the text, it is evident how the naturalization of these terms consolidates from scientifically unfounded notions, such as “weeds,” to methods anchored in standardization, central to Artificial Intelligence. In contrast to possible machinic eugenics, it presents experiments carried out in *Botannica Tirannica*, which appropriate this repertoire to seek a wandering ecosystem.

KEYWORDS: Colonialism. Botanical nomenclature. Eugenics. Weeds. Artificial Intelligence.

O jardim sem espécies

O mais famoso jardim do mundo, o Jardim do Éden, talvez nunca tenha existido. E se existiu, certamente não foi na forma da história traumática que marca a cosmogonia judaico-cristã com a expulsão do Paraíso. Fato ou ficção, o que importa lembrar não é tanto a famosa narrativa do fruto proibido da Árvore do Conhecimento que encantou Eva (viva ela!), mas que o seu centro era ocupado por uma curiosa árvore – a Árvore da Vida – cuja espécie não é definida na Bíblia[2].

Cientistas, filólogos e religiosos debatem em textos diversos se era ela uma Ghaf (*Prosopis cineraria*) ou uma Tamareira (*Phoenix dactylifera*) e contabilizam quantas espécies são citadas no Velho e no Novo Testamento (Dafni; Böck, 2019). Uma empreitada bastante difícil, haja vista que nos saberes tradicionais a planta não é uma coisa em si e seus nomes dizem respeito aos usos, aos grupos, aos momentos e aos contextos. Prevalece nas escrituras sagradas, pelo menos no que modelos de inteligibilidade provisórios” (Lévi-Strauss, 1990, p. 52).



Bastante distintas, as duas espécies que a ciência identificou como Ghaf e Tamareira, têm, porém, um ponto comum. Ambas sobrevivem nas situações mais adversas, como a falta de água e os terrenos arenosos.

A Ghaf tem uma impressionante capacidade de manter-se frondosa e verde, a despeito do inóspito clima árido ao qual pertence. Seu exemplar mais conhecido tem mais de 400 anos. Com cerca de 9 metros de altura, a árvore está plantada no deserto de Bahrein, onde se especula que ficava o mítico Éden e que recebe dezenas de milhares de turistas passam todos os anos.

Na mitologia judaica, a tâmara é um símbolo de beleza, prosperidade e regeneração, que transforma o amargo em doce. Isso, dizem os cabalistas, está inscrito no seu próprio nome, formado pelas palavras em hebraico *tam* (completo, finalizado) e *mar* (amargo). A interpretação remete também à resiliência de Tamar, personagem bíblica que enviuvou duas vezes dos filhos do mesmo homem e por isso foi mandada de volta para a casa do pai. Ao ser enganada pelo sogro, Judá, que não a casou com seu terceiro filho quando este chegou à maturidade, disfarçou-se de prostituta, engravidou e casou-se com ele, livrando-se do estigma de sofredora amaldiçoada. Xeque-mate nos machistas em pleno Gênesis.

Na cultura muçulmana, a tâmara é um símbolo de prosperidade e hospitalidade, e tem também conotação religiosa, além de funções medicinais. Quebra-se o jejum do Ramadan com três tâmaras, e a fruta é mencionada 23 vezes no Alcorão. Costuma-se em alguns países comer uma tâmara antes do café da manhã, e há quem diga que uma tâmara é capaz de dar energia para um beduíno caminhar três dias.

A árvore da tâmara é uma palmeira que leva até 80 anos para frutificar. Um conhecido provérbio árabe diz: “Quem planta tâmaras, não colhe tâmaras”. O provérbio milenar enuncia uma generosidade ecológica precoce, ciente de que o cultivo e o cuidado dizem respeito não ao presente, mas ao futuro de quem nos sucederá. Curioso pensar que raciocínio semelhante está presente na lei judaica que prescreve “Não destruirás”, proibindo que se derrubem árvores frutíferas.

Há dúvidas se a origem da palavra vem da língua árabe ou do hebraico. Nas duas ela tem o mesmo nome com poucas diferenças de pronúncia, e em ambas pode ser traduzida como palmeira. Seus significados, contudo, transcendem a relação direta com a planta. Se há algo a comemorar da colonização ibérica, é não chamarmos a tâmara de *date*, por derivação do seu nome científico



(*Phoenix dactylifera*, dedo fenício), como os ingleses e franceses. A analogia entre as plantas e os humanos é um dos anacronismos coloniais que antropomorfiza o mundo vegetal, via taxonomia, e faz das plantas um espelho do homem.

Laboratório de preconceitos

Ao longo do século XVIII, a botânica se institucionaliza como uma tecnologia de poder que tem a taxonomia como seu saber instrumental. Dissecado, compartimentado e enfileirado em jardins botânicos europeus, o universo das plantas é convertido pelos impérios coloniais num espaço pretensamente neutro, no qual se projetam preconceitos patriarcais, raciais e religiosos.

À catalogação do mundo, segue a coleta das espécies que alimentarão as *plantations*. Não por acaso, a Comissão de Limites, que demarcou as fronteiras entre os domínios da Espanha e de Portugal, em 1751, é acompanhada pela Expedição Orinoco. Essa expedição científica foi chefiada pelo sueco Pehr Löfling (1729-1756), discípulo dileto de Lineu (Carl Linnaeus, 1707-1778), o pai da taxonomia, a quem ele dedica sua obra sobre a América hispânica. Em reconhecimento ao seu trabalho, é homenageado pelo Mestre com um gênero botânico com seu nome: *Loeflingia* (Lafuente; Valverde, 2007).

O acontecimento não tem nada de incomum e remete à dinâmica extrativista colonial. Pode-se dizer que a colonização expropria não só a terra, mas também a planta da sua relação com o meio ambiente e a sociedade a que pertence. Nesse processo, seu contexto, suas funções medicinais e religiosas são submetidos ao ritual simbólico de apagamento por meio do novo nome científico dado às coisas. No âmbito dessa lógica, ganha força a noção de “Plantationceno” defendida por Donna Haraway, entre outros, para dar conta de uma série de operações materiais e simbólicas subjacentes ao colonialismo que perduram até os dias de hoje (Haraway, 2015, p. 162, n.5).

A palavra botânica aparece pela primeira vez em 1682, na obra do naturalista inglês John Ray (*Methodus plantarum nova*), que ensaia um método classificatório das plantas baseado no hábitat, no seu uso e nas semelhanças entre as suas principais partes constitutivas (folhas, caules, raízes etc.). O método enterraria a vasta tradição herbalista e suas motivações religiosas de recriar o Jardim do Éden, que marcaram os hortos medicinais, cujo ápice se deu durante a Renascença. Contudo, esse mesmo método daria novo fôlego às expectativas de formular um conhecimento



universal da natureza que eram correntes na ciência moderna. Mas isso só se realizaria em plenitude quase um século depois. Um sistema classificatório de tamanha ambição demanda um sistema de nomenclatura uniforme, o que foi feito pelo botânico sueco Lineu, na obra *Species Plantarum*, em 1753 (Irving, 2018).

Se a classificação de Ray marcava a separação entre a botânica e a medicina, a de Lineu expulsava a planta da integralidade da vida, fincando as bases para sua compreensão como ornamento e bem material, um tema discutido em profundidade por Emanuele Coccia e diversos críticos do zoocentrismo científico e filosófico (Salatino; Buckeridge, 2016; Coccia, 2018). No sistema binomial de Lineu, as plantas ganham nome e sobrenome e passam a falar o idioma das elites cultas europeias, o latim. O mundo vegetal incorpora as identidades de reis, nobres, papas e cientistas renomados, acompanhadas de palavras pomposas que remetem à geometria das formas de suas folhas, troncos e raízes e a características humanas, como orelhas e vaginas. Ao longo da colonização das Américas e do continente africano, os princípios da evolução progressiva e da Seleção Natural contaminam da economia ao imaginário e vice-versa. O preconceito ganha lastro laboratorial e se enraíza no imaginário coletivo.

A nomenclatura é um ritual de apagamento e opressão

Nomear cientificamente é tomar posse, e aos povos originários é negada a posse material e simbólica da natureza. Na organização científica do mundo, o Jatobá, por exemplo, deixa de ser a árvore dos frutos duros, sagrada para os povos originários pelos seus poderes de cura, para tornar-se, na taxonomia de Lineu, a *Hymenaea courbaril*, em referência ao hímen feminino, pela rigidez da casca de seus frutos.

Hymenaea ou *Hymen*, na mitologia grega, é Himeneu, o deus do casamento. Representado por um jovem que carrega uma tocha e um véu, ele é o que une, que costura duas partes. Apesar de não fazer referência direta à membrana vaginal que é rompida no intercursos sexual, o termo assume essa conotação na literatura médica do século XVI, associando, diretamente, virgindade, casamento e as supostas funções da mulher na sociedade (procriar e servir, sobretudo).

São muitas as plantas com nomes que abordam a mulher de um ponto de vista machista, como Maria-sem-vergonha, Beijo-de-puta e Peito-de-moça. Mas isso também ocorre na nomenclatura



científica, na qual abundam plantas que têm nomes científicos que remetem às ninfas gregas, semideusas belíssimas que nunca envelheciam e tudo propiciavam aos homens e à natureza, e batizam o gênero das *Nymphaeas* que encantaram o pintor Monet. Mais comuns são as flores, geralmente brancas, que nomeadas como *virginiana*, *virginica* ou *virginicum*, entre outras, fazem referência direta à virgindade feminina e sua associação à pureza e à delicadeza. Os lugares não habitados pelos europeus, que apareciam em vários mapas antigos como *terra incognita*, são comumente tratados como “terra virgem”, um mundo a ser subjulgado e aberto à devastação. Não há como negar: a rima mais perfeita do colonialismo é mesmo o patriarcalismo[3].

Negros são alvo de preconceitos diversos, expressos nos nomes populares, mas também nos científicos. Os nomes de plantas que têm *kaffir* ou *cafrum* como seu componente são altamente ofensivos. Termo derivado do árabe para “infiel”, *cafir* tornou-se um sinônimo genérico de negro, com os colonizadores europeus ingleses, e *cafre*, na língua portuguesa, na qual é sinônimo de rude e também de negro. Por esses motivos, *cafir* é considerada hoje nos países da África subsaariana como um equivalente à repudiada palavra “Nigger”, que hoje se convencionou dizer “palavra N” (N-word), pela violência racial que nela está contida. Outros nomes derogatórios são os que têm a palavra Hottentot. Esse era o modo como os holandeses generalizaram todos os povos não bantos da África do Sul. A palavra foi sinônimo de canibal, selvagem, e também aludia a alguns estereótipos físicos como lábios e nádegas protuberantes, como é patente na aviltante iconografia associada à Vênus Hottentot, uma princesa que foi levada para a Europa, onde foi humilhada em exposições de cunho supostamente científico e de entretenimento das elites brancas (Hunter, 1991).

As denominações preconceituosas revelam-se também nas projeções da cultura dos brancos europeus nas formas das plantas, conjugadas a termos ofensivos aos povos originários, que são definidos como “índios”. Essa é a maneira como Cristóvão Colombo, que acreditava ter aportado nas Índias, chamou os habitantes nativos das Américas. Índios. Mais de 350 plantas em língua inglesa são conhecidas como “Indian” e algum elemento da cultura branca, como *Indian moccasin* (Mocassin de índio) e *Indian hemp* (Maconha de índio) (Evans, 2020; Mastnak; Elyachar; Boellstorff, 2014). Plantas invasoras, como *Cigana-do-cerrado* e *Gipsy weed*, são chamadas de ciganas. O adjetivo é problemático não só porque generaliza povos com histórias distintas, mas especialmente porque aparece nos dicionários como um sinônimo de trapaceiro. Os grupos étnicos são rom, sinti e caló.



No caso dos judeus, o antissemitismo incide sobre características físicas, como as orelhas estereotipadamente grandes, e culturais, como a barba dos religiosos. Adere, ainda, a mitos milenares, como o do povo deicida, que aparece na referência à coroa de espinhos de Jesus Cristo, presente em várias plantas. Alguns exemplos são a *Auricula judae* (Orelha-de-judeu, Orelha-de-judas, em várias línguas), *Judenbart* (Barba-de-judeu, uma espécie de begônia que produz pequenas flores brancas) e a popular Coroa-de-Cristo (*Euphorbia milii*, que no Brasil também tem uma versão misógina, Colchão-de-noiva).

Como ocorre com os indígenas, várias plantas presentes nos rituais e no herbalismo judaicos ganham o qualificativo “de judeu”. *Judenöpfel* (*Pomme des juifs*, *Cedro all’ Ebreu*) é um nome comum para a Cidra-amarela (*Citrus decumana*). Em hebraico ela é o *etrog*, planta diretamente associada aos costumes da festa judaica de Sucot (cabanas)[4], que envolve, nos seus rituais, quatro plantas (*lulav*, a folhagem da tamareira, *hadass*, folha de murta, *arava*, ramo do salgueiro, e o *etrog*, a mais sagrada, pois de todas é a que se destaca pelo gosto e perfume). Chamada também de “maçã do paraíso” em alemão (*Paradiesapfel*), consta de livros de medicina nesse idioma desde o século XVI (Aboling, 2008).

Outras plantas “de judeu” são a *Corchorus olitorius* (*Jew’s mallow*, em inglês, e Espinafre-do-Egito, em português), a beringela (*Jew’s apple*, Maçã-de-judeu, em tradução livre), duas plantas comuns na culinária do Oriente Médio, e a *Judenkirsche* (Cereja-de-judeu), que é o fisális (*Physalis*) ou camapu. Apesar da aparentemente inocente associação, o nome é totalmente antissemita. A pequena fruta é envolvida por uma folha que remete ao infame chapéu que os judeus eram obrigados a usar na Europa Medieval (o *Judenhut*, *Coiffe juive*, *Pilleus cornutus*), como imposição do IV Concílio de Latrão (1215) para que pudessem ser identificados e distinguidos dos cristãos.

Não se pode esquecer aqui *Der Giftpilz* (*O cogumelo venenoso*, 1938), um livro infantil ilustrado que teve grande destaque na pedagogia nazista. Dividido em 17 capítulos, o livro ensina por meio de caricaturas e desenhos legendados que não se pode confiar em judeus. “Assim como muitas vezes é difícil distinguir um cogumelo venenoso de um cogumelo comestível, muitas vezes também é muito difícil reconhecer o judeu como um vigarista e criminoso...” “Eles se disfarçam, tentam ser amigáveis, afirmando mil vezes suas boas intenções para conosco. Mas não se deve acreditar neles. Judeus eles são e judeus eles serão. Para nosso povo, eles são venenosos” (Hiemer, 1938).



Essa visão do judeu como não confiável, que aparenta ser algo que não é, se repete em outros nomes vernaculares de plantas que recebem o atributo *Jude* (judeu em alemão). Só entre os cogumelos há seis espécies chamadas *Judenpilz* (cogumelos de judeus), que recebem esse nome ou por serem venenosas ou por serem consideradas inferiores em relação a outro alimento semelhante. Há a castanha espanhola (*Castanea sativa*) e há a *Judenkest* (Castanha-de-judeu, *Aesculus hippocastaneum*), que era destinada apenas aos animais. Mas há também *Juudenspeck* (toucinho de judeu) para a *Butomus umbellatus* (uma espécie de junco florido, cujas raízes rizomáticas são comestíveis), *Judenfleisch* (carne de judeu), *Judenschinken* (presunto de judeu) e novamente toucinho de judeu para *Capsella bursa-pastoris* (Bolsa-de-pastor, uma erva cujas vagens são comestíveis). Não há fundamento etnobotânico que justifique sua associação com judeus. O que prevalece aqui é sua suposta inferioridade em relação a alimentos considerados mais nobres.

Não surpreende que algumas plantas “de judeu”, tenham, em alemão, outros nomes vulgares que os caracterizam como “de cachorro”, de animais selvagens ou “de ciganos”. É o caso da *Allium ursinum* (Alho-de-urso), que é conhecida como *Judenzwifel* (Alho-de-judeu) e também como *Bärenlauch* (Alho-poró-de-urso) e *Zigeunerknoblauch* (Alho-poró-de-cigano). Nesses grupos (judeus e ciganos), também é comum a associação com a sujeira, algo que se percebe na nomeação de plantas como a bardana (*Arctium lappa*) e a *Bidens tripartita*, chamadas de *Juddeleis* (Piolho-de-judeu) e de *Zigunelai* (Piolho-de-cigano). Nos dois casos, são plantas nas quais a inflorescência das flores remete à longa barba característica dos dois povos (Aboling, 2008).

O movimento pela renomeação taxonômica mobiliza alguns cientistas, como na Austrália, onde o Jardim Botânico de Sydney pretende substituir os nomes de traficantes de escravos pelos nomes originais indígenas de sua flora nativa (Summereli, 2022). No entanto, essas tentativas ainda geram protestos. Em 2016, a Suécia decretou a renomeação da *Judenkirsche* e de todas as que têm conotação antissemita, o que não foi muito bem recebido em alguns fóruns de discussão na internet. Uma pessoa, por exemplo, assim reagiu à renovação: “Eu gosto da *Physalis alkengi*, *Juutalaiskirsikka* em finlandês e *Judenkirsche* em alemão, ou seja, “cereja-dos-judeus”, pois uma vez que elas escapam da plantação do meu jardim, posso dizer: *Wir müssen die Judenkirschen ausrotten!* (Precisamos erradicar as cerejas de judeu!) (Sputnik International, 2017).

De forma explícita, como no comentário acima, ou naturalizada pelo uso cotidiano, a terminologia antissemita mostra a sua força cultural e capacidade de irradiação. Algo que é frequente na



vinculação do judeu como deicida e traidor, patente no ritual, ainda bastante comum, da malhação de Judas, que também nomeia a árvore *Cercis siliquastrum* como *Jüdischer Baum*, árvore de judeu em alemão, e árvore de Judas, em inglês e em francês. Nada, contudo, tem um raio de disseminação e virulência como o da lenda maligna do judeu errante, que denomina as plantas da família *Tradescantia* em vários idiomas.

A lenda circula desde o século XIII na Europa. Conta a história de um homem, Ahasuerus, que ao ver Jesus percorrendo seu Calvário, teria gritado: “Crucifiquem-no!”. Em resposta, Jesus lhe impôs a penitência de esperar o seu regresso, vagando pelo mundo sem descanso, nem nunca morrer, até o fim dos tempos. Apesar de os estudiosos da Igreja católica (“Catholic Encyclopedia: Literary or Profane Legends”, [s.d.]) afirmarem que tal homem era o romano Cartaphilus, um dos guardiões do palácio de Pilatos, a lenda do judeu errante atravessou o tempo como parte da tradição oral da sexta-feira da Paixão. Foi publicada na Alemanha no século XVII e popularizada pela versão de Eugene Sue, em meados do século XIX, e pelas gravuras de Gustave Doré. Em 1904, foi tema de um dos filmes de George Méliès.

A lenda do judeu errante foi utilizada também em obras artísticas contra o antissemitismo, como no filme *The Wandering Jew* (1933) protagonizado por Conrad Veidt, o inesquecível assassino sonâmbulo de *O gabinete do Doutor Caligari* (Robert Wiene, 1920), e em pinturas de Marc Chagall (1887-1985). Mas, sem dúvida, a versão que prevalece até hoje é a da Alemanha nazista, propagada no filme *Der ewige jude* (*O eterno judeu*, 1940): o judeu parasita, milionário, agente de uma conspiração internacional para dominar o mundo.

“A humanidade é um jardim...”

A base da política de extermínio nazista é a eugenia, modalidade de racismo científico que tem suas origens na taxonomia dos botânicos do século XVIII. É Lineu quem primeiro divide os humanos em grupos de acordo com sua procedência geográfica, cor da pele e atributos: *Europeanus* (brancos): inteligentes, inventivos e gentis; *Asiaticus* (amarelos): desatentos; *Americanus* (vermelhos): teimosos e raivosos; *Africanus* (negros): preguiçosos (Linnaeus, 1758). Esse modelo é paulatinamente sofisticado nas décadas seguintes, tendo como um de seus marcos os estudos de diferentes crânios de Johann Friedrich Blumenbach, pai da antropologia, e o princípio da Seleção



Natural de Darwin, que impactou particularmente seu primo, Francis Galton, criador da eugenia e do nome dessa especialidade.

Com as obras do médico estadunidense Samuel Morton (1839), e do escritor francês Conde de Gobineau (1853), estabelecem-se os pilares do racismo científico, que alimentaram o arianismo nazista e estão até hoje presentes no discurso do supremacismo branco. É nesse quadro que a escravização de negros e indígenas ganha legitimidade científica e que se elaboram as primeiras tentativas de racialização dos judeus, conforme fica claro nos estudos etnográficos de Nott e Gliddon (1854).

É nesse contexto também que a fotografia antropológica se consolida como tecnologia de poder e metodologia dos estudos racialistas (Machado; Huber, 2010; Sekula, 1986). Como as plantas e os animais, os corpos humanos são objetualizados, dissecados e não poucas vezes instrumentalizados como entretenimento de massa. Impossível não lembrar aqui a exposição do grupo de ameríndios botocudos, levados de sua terra natal, no Espírito Santo, para o Rio de Janeiro – onde foram apresentados na Exposição Antropológica do Museu Nacional (1882), na qual também eram exibidos representantes de outros povos indígenas –, e de lá para a Europa (Agostinho, 2019; Fischer, 2019; Vieira, 2019).

O caso dos “Botocudos do Brasil”, como sabemos, não tem nada de excepcional. Era comum na Europa a exposição de indígenas e negros de todas as partes em zoológicos, em animadas reuniões de cunho “científico” e em espetáculos de “entretenimento” (Schwarcz, 1993). Basta lembrar o premiado filme *Vênus negra* de Abdellatif Kechiche (2010), que conta a história da princesa Hottentont, para concluir: a violência colonial não cabe nas palavras...

E é no escopo do colonialismo que se compreende o nascimento da eugenia. Francis Galton cunhou o termo eugenia em 1883, no livro *Inquiries into Human Faculty and its Development*. Sua motivação era compensar a “lentidão” dos processos de seleção natural, que, Darwin garantia, se encarregariam de exterminar as raças selvagens (Darwin, 1871, p. 201). Mas isso levaria séculos, e Galton se dedicou a criar mecanismos para melhorar a espécie humana, alterando a composição das populações e favorecendo a reprodução de determinados tipos em detrimento de outros.

Proposta como ciência, a eugenia logo se impôs como um movimento social. Nos Estados Unidos fazia sucesso desde 1907, chancelando leis de esterilização e a proibição de casamentos inter-



raciais. Outro país de vanguarda na área foi o Brasil, cuja Sociedade de Eugenia remonta aos anos 1920. Dirigida pelo médico Renato Kehl, tinha entre seus membros o poeta Jorge de Lima, o educador Fernando de Azevedo e outros fiéis seguidores, como o escritor Monteiro Lobato (Torres, 2008).

Na Alemanha nazista, a eugenia tornou-se política oficial de Estado desde 1933. Os resultados desse delírio são conhecidos em números estarrecedores de mortos: 6 milhões de judeus, 250 mil Sinti, um número desconhecido de negros (mas certamente várias centenas), pelo menos 200 mil doentes mentais e muitos milhares de homossexuais, comunistas e opositores do nazismo, classificados como sociais (Beiguelman, B., 1997).

Para os eugenistas a humanidade era um jardim que, para florescer, deveria livrar-se das ervas daninhas, como se pode ler na edição de seus escritos, organizada por seu mais importante discípulo, Karl Pearson (1914). “Erva daninha”, contudo, não se refere a nenhuma planta de qualquer espécie ou gênero ou categoria específicos e reconhecidos pela taxonomia científica atual. “Daninha” é apenas uma denominação para qualquer planta que cresça onde os humanos não a querem. Sua qualificação como *mala hierba* é outra herança do colonialismo. São as plantas que não servem à economia extrativista (Crosby, 2011). São as plantas que sobrevivem nas condições mais adversas. São as plantas que não se exterminam com facilidade. São as plantas que nem a radicalidade eugênica controla.

A taxonomia é uma tecnologia de poder

A relação entre colonialismo e apropriação é endêmica. A dominação da natureza e a subjugação dos corpos não machos e não brancos são estratégicas para o seu sucesso. O longo empreendimento colonial convoca os cientistas não só para viabilizar a expansão marítima, mas especialmente para legitimar a anexação e o controle dos territórios.

A crença na ciência busca compensar a pequenez humana frente à natureza e subjugar sua diversidade. As formas de conhecimento ancestral são neutralizadas pelo ritual de apagamento da nomenclatura científica. Os estudos antropológicos e etnobotânicos têm mostrado que a prática implica, por um lado, a contração do imaginário e, por outro, uma perda substancial de conhecimentos, que vão da medicina à química (Marisco; Rocha, 2016).



“A ciência [moderna] e o Império são causa e efeito um do outro”, dizem La Fuente e Valverde. Por um lado, os impérios coloniais exigem que os cientistas e seus patronos compartilhem a crença de que as coisas da natureza podem ser capturadas em palavras e figuradas em diagramas. Por outro, os naturalistas viajantes têm de acreditar que os processos naturais podem ser desenhados, registrados em artigos científicos e catalogados (Lafuente; Valverde, 2007).

Ciência geral da ordem, a taxonomia é uma fórmula para tabular o mundo, organizado a partir de suas semelhanças e diferenças (Foucault, 1992). Do jardim botânico britânico Kew Gardens à base de dados estadunidense JSTOR, que conecta herbários do mundo todo na internet, prevalece uma lógica de articulação entre centralização das informações, proeminência geopolítica e poder de normatização.

Estudos de etnobotânica afrodiáspórica mostram que os subjugados, ainda que no limite da opressão, subverteram a ordem da natureza fabricada pelo colonialismo desde sempre. Das escravizadas que traziam grãos de arroz escondidos no cabelo para garantir a continuidade de seus costumes alimentares junto a seus filhos, passando pela permanência dos nomes indígenas na nossa flora, toda uma história de resistência é contada. Mais do que isso, toda uma outra ecologia é formulada. Se é verdade que os impérios coloniais expropriaram e normatizaram a flora em todos os lugares nos quais atracaram suas barcas e caravelas, é verdade também que essa dominação foi corrompida por infiltrações culturais que deram a cara e o gosto das culturas subjugadas à nova paisagem. Dendê e quiabo são não só palavras de origem africana, mas tradições transplantadas que habitam dos rituais Yorubá à culinária brasileira (Carney, 2013).

Há que se recordar, ainda, a permanência dos nomes indígenas na nomenclatura popular. Babaçus, jacarandás e ipês são atestados da força da resistência ao memoricídio das culturas dos povos originários. Esse memoricídio é nítido na renomeação da árvore que dá nome ao país (o Pau-brasil). A ibirapitanga (árvore vermelha), como chamavam os ameríndios, foi o primeiro produto comercializado pelos portugueses. Classificada como *Caesalpinia echinata*, foi renomeada para *Paubrasilia echinata* em 2016. A reivindicação era garantir que tivesse um “gênero” próprio na taxonomia (“Pau-brasil vira gênero de árvore”, 2016). Os cientistas do século XXI corroboravam, assim, a tese do orgulho nacional, negando, mais uma vez, o direito à memória dos povos indígenas.



A classificação de Lineu não tem nada de natural e segue duas diretrizes básicas: a hierarquia, que submete as plantas a um Reino (no caso, o vegetal) e as divide em classes, ordens, gêneros e espécies; e a organização que localiza as plantas nessas categorias, de acordo com suas características reprodutivas (o número de estames e pistilos). Sexista e binária, a taxonomia de Lineu atribui à presença dos órgãos supostamente masculinos (estames) a superioridade em relação àquelas plantas em que os pistilos são dominantes. Isso levaria a compreender-se a crença na autoridade masculina como um dado atávico da natureza, reforçando preconceitos da sociedade da época e válidos até hoje (Fara, 2004).

Um elemento importante das táticas de apagamento da pluralidade cultural é a misoginia que domina as classificações botânicas, em sua grande maioria formuladas por homens, padres e pastores. Essa perspectiva contribuiu também para corroborar o ponto de vista binário que alicerça a cultura patriarcal, no qual a mulher é um ser inferior e a diversidade de gênero é restrita ao masculino e feminino (Duncan, 2016).

Paradoxalmente, contudo, as plantas consideradas mais complexas na teoria da evolução, as angiospermas, são, em sua maioria, hermafroditas. São as que têm flores e frutos e, apesar de guardarem no nome seu vínculo com o gênero masculino (*angio*, do grego, involúcro + *sperma*, semente), possuem os órgãos ditos masculinos e femininos de reprodução (androceu e gineceu). Toda uma linha de investigação feminista e dos *queer studies* chama a atenção para as formas de ocultamento dessas dinâmicas ao longo da história. Ao mesmo tempo, esses trabalhos desinvestiram as associações preconceituosas entre *gays* e uma simbologia floral, dando-lhes novas conotações e positivities. Entre esses termos estão o amor-perfeito, em inglês *Pansy flower*[5], um sinônimo de maricas, e a violeta, chamada de *Saphic flower*, a flor de Safo, autora de poesia erótica lésbica (séculos VII-VI a.C.) que habitava a ilha de Lesbos (Prager, 2020).

Outras flores importantes entre os símbolos LGBTQIA+ são o cravo verde do escritor Oscar Wilde e a lavanda, cuja cor lilás é uma das formas de identidade dos movimentos LGBTQIA+, mas que foi usada para exacerbar a discriminação desde os anos 1920. Ponto alto dessa cruzada anti-*gay* foi a operação *Lavender Scare*, nos anos 1950 nos Estados Unidos, que tinha como alvo funcionários homossexuais e levou a uma demissão em massa de mais de 5 mil pessoas. Numa virada histórica, em 1969, multidões carregaram consigo ramos de lavanda em Nova York, em uma das grandes



marchas do período pela afirmação dos direitos dos homossexuais, transformando o ramo de lavanda num sinônimo de empoderamento desses grupos (Wills, 2019).

É nessa direção, que se apropria do escárnio e da ofensa para transformá-los em pauta de libertação, que assumi o atributo de “errante” dado ao judeu como um signo de força e resiliência. Alinhada a alguns pressupostos da filosofia contemporânea, tomei a errância como uma derivação do nômade, que, para Deleuze e Guattari (2005), é a condição social que performa a potência da mudança, o corpo desterritorializado que escapa, escorre, dos processos de dominação.

Toda erva daninha é um ser rebelde

Há cerca de um ano e meio pesquiso plantas com nomes racistas (contra negros, indígenas, rom, sinti e caló), misóginos e antissemitas. Coletos tudo, nomes científicos e vulgares. São milhares de espécies. Na realidade, pode-se dizer que toda nomenclatura é ofensiva pelo apagamento que produz na cultura dos povos originários. Toda nomenclatura é ofensiva pelo modo como consagra o dominador, associando nomes de reis e rainhas a suas terminologias científicas.

O processo de pesquisa começou quando fui apresentada a um “judeu errante” numa ocupação artística genial de C. L. Salvaro, que tomou uma casa abandonada com plantas trepadeiras[6], a respeito da qual escrevi um texto crítico a convite da Central Galeria (São Paulo). Naquele momento, gelei. Esse nome é um gatilho traumático para qualquer judeu pela carga de antissemitismo que carrega.

Atônita, lembro que cheguei em casa e fui buscá-la na internet. Não acreditava que pudesse ser verdade que uma planta tivesse esse nome. Mas era. A busca no Google retornou, como resposta, livros sobre o judeu errante e anúncios dessa planta, de que gosto tanto, em vários idiomas, além de associá-la a uma série de personagens históricos perseguidos por circunstâncias diversas, como a presidente Dilma Rousseff, à época do processo que culminou no seu *impeachment*. Desconcertada, passei a pesquisar as relações entre taxonomia botânica e preconceito. Minha maior surpresa foi perceber que grande parte dessas plantas, que têm nomes pejorativos e derogatórios, são ervas ditas daninhas! E lindíssimas.



Esse termo tão desqualificador (daninha, danada, amaldiçoada) no pensamento hegemônico tornou-se, para mim, um símbolo de resiliência[7]. Como no samba de Zé Kéti, imortalizado na voz de Elza Soares, elas pareciam dizer: “Podem me prender/ Podem me bater/Podem até deixar-me sem comer... Se não tem água, eu furo o poço”.

As supostas daninhas são exatamente assim. Sobem nas pedras, se enfiam entre as árvores. Ressurgem. Resistem. Como os escravizados, que traficavam as Palmeiras-imperiais, símbolo do poder monárquico e da riqueza latifundiária brasileira, engolindo suas sementes e as armazenando em suas fezes para contrabandeá-las. Como os judeus, que atravessaram todos os ciclos de perseguição, das Cruzadas ao Nazismo, passando pela Inquisição, e seguem vivos. Como os indígenas e seus saberes ancestrais, há 5 séculos vítimas de políticas de apagamento e genocídio. Como os povos rom, sinti e caló, ditos ciganos, a despeito de todos os dicionários que os associam à trapaça e à pilhéria. Como as mulheres, apagadas de todas as histórias e violentadas em todos os sentidos. Indesejáveis, indomáveis, malditas, as ervas daninhas são a metáfora mais perfeita da luta pelo direito à vida. Rebeldes, desafiam um mundo dominado por uma almejada ordem natural inexistente, voltada à produção de bens, validada pelo colonialismo e seus desdobramentos no presente. Entre esses desdobramentos, enfatizo os meandros políticos e simbólicos do datacolonialismo e as formas pelas quais enunciam o que chamo de eugenia maquinica.

Apesar dos seus resultados abomináveis na Segunda Guerra Mundial, sociedades eugênicas perduraram até meados dos anos 1960, deixando marcas profundas na cultura contemporânea. E isso não se resume aos concursos de Misses e Bebês Johnson. Nos saberes de ponta atuais, da botânica clássica à Inteligência Artificial (IA), passando pela edição do código genético, vemos que se consolida a palavra-chave da eugenia: padronização.

Por algoritmos voltados à vida ou a produtos, pessoas, plantas e bichos são submetidos aos mesmos princípios tecnológicos empregados industrialmente: projeto, controle de qualidade e previsibilidade do produto (Beiguelman, 1997). No campo das tecnologias de imagem esses princípios estão presentes nos sistemas de vigilância. Mas são aplicados também na fotografia e no audiovisual, para criar figurações tão ou mais reais que o real, podendo substituir humanos por modelos e atores que não existem, fazer políticos falarem coisas que nunca disseram, ou calibrar discursos revisionistas, que negam do Holocausto à chegada do homem à Lua.



É o que se chama de *deepfakes*, e sua receita são recursos de Inteligência Artificial que criam novos dados a partir de outros dados, identificando e combinando padrões internos e desprezando as dissonâncias. O processo das imagens generativas, feitas com Inteligência Artificial, é espantosamente parecido com o que Francis Galton utilizava nos seus estudos eugenistas, para os quais criou um método fotográfico: o retrato composto. Nesse processo, Galton superpunha diversas fotos e apagava suas diferenças, a fim de identificar o criminoso genérico ou o judeu genérico.

O retrato composto, escreveu Galton em 1879, não “representa nenhum homem em particular, mas retrata uma figura imaginária que possui as características médias de qualquer grupo de homens” (Galton, 2001). É mais ou menos isso que uma Rede Neural Generativa (Karras et al., 2021) faz: o reconhecimento dos padrões, em detrimento das particularidades.

Mas e o que fica fora do padrão? Que lugar social poderá ocupar?

Daninhar o mundo é preciso

Sabemos que a visão é um atributo biológico, mas o olhar é cultural (Foster, 1998). A dificuldade da cultura ocidental de ler o mundo fora dos parâmetros das molduras e janelas renascentistas é inegável. As telas e os livros o comprovam (Friedberg, 2009). Partindo desse raciocínio, pergunto: e se chegarmos a um momento em que a visão computacional se torne tão hegemônica a ponto de não conseguirmos mais enxergar o que fica fora do padrão, da mesma forma que temos dificuldade para compreender o que ultrapassa o cânone retangular ou quadrado da tela e da página? Estaríamos prestes a entrar em uma era da eugenia maquina?

Foi aí que resolvi me dedicar a uma espécie de “engenharia de uma filosofia reversa”: Combinar entre si imagens que propositalmente rompem a cadeia produtiva das imagens mais reais que o real, alimentando o sistema com dados incongruentes, como plantas de diferentes espécies, mas sempre com nomes derogatórios a judeus, a negros, a mulheres, a indígenas e a povos ditos “ciganos”, forçando o sistema a operar sua síntese e, assim, gerar uma imagem que não pretende decalcar o real, mas operar em uma extra-natureza, multi-espécies e para além das hierarquias canônicas da ciência clássica (Haraway, 2016; Tsing, 2004).



Esse procedimento deu origem à série *Flora rebellis* (Beiguelman, 2022A), um conjunto de cinco registros em vídeo do deslocamento da Inteligência Artificial pelos milhares e milhões de dados que compõem um modelo (no meu caso, “judeus”, “negros”, “mulheres” etc.), buscando os padrões coincidentes nas camadas dos arquivos de imagens que os constroem.

Esse espaço em que os dados orbitam dentro de um modelo é chamado de espaço latente, pois ele não é observável pelos olhos humanos. Somos capazes, por exemplo, de reconhecer que uma foto retrata uma planta e não uma pessoa, mas não somos capazes de observar as inúmeras camadas de informação de uma imagem digital, que vão de suas coordenadas internas ao tipo de câmera utilizado.

O registro feito em vídeo mostra, portanto, os diferentes caminhos que o processamento maquínico poderia ter tomado. Esse processo é teoricamente infinito. Na prática, é preciso que se estabeleçam parâmetros, como o número de interações (a quantidade de vezes que essas operações são realizadas), para que o computador suporte realizar as tarefas e para que se chegue a algum resultado.

Toda a ação para a criação de um *latent walk video* é, assim, essencialmente algorítmica. Partindo-se de um mapa vetorial dos resultados de criação de um modelo (“judeus”, “negros”, “mulheres” etc.), é possível optar por carregar as imagens a partir de uma maior ou menor proximidade entre seus dados e o tempo de deslocamento entre um resultado (uma imagem criada ao longo do aprendizado de imagem) e outro. Nesse sentido, apesar de o resultado do registro ser um vídeo com começo, meio e fim, sua edição é generativa, não dirigida.

Compreender essas nuances do sistema me fez aprender com as máquinas. Isto é, sair do patamar, tão antropocêntrico, de me sentir capaz de fazer um treinamento de algoritmos, e me educar para outro tipo de cumplicidade. Acho que pela primeira vez entendi o que Donna Haraway queria dizer com o seu manifesto ciborgue: é preciso procurar a possibilidade de transgredir as fronteiras entre natureza e cultura (Haraway; Wolfe, 2016).

Essa constatação foi fundamental para a realização da série *Flora mutandis* (Beiguelman, 2022B), na qual trabalhei com critérios próprios para catalogar as plantas, dividindo-as em grupos de espécies que se referem, por exemplo, a partes do corpo que fazem alusão a sapatos, que se



tornaram, pela sua beleza e estranheza, as minhas favoritas, entre outras classificações altamente pessoais.

Qualquer semelhança com a famosa passagem de Michel Foucault (1992), lendo a transcrição que Jorge Luis Borges fez de certa enciclopédia chinesa em que se alinhavam seres fantásticos, cães desenhados e outros que parecem moscas, de tão distantes que estão de nós, não é mera coincidência. Esse foi um dos pontos de partida para o desenvolvimento de uma metodologia artística voltada a compreender a genealogia científica dos preconceitos e as formas pelas quais eles se desdobram em linguagens.

O principal embate, desde sempre, era como conseguir formular outras estéticas, alternativas ao binarismo e à padronização intrínsecos às IAs e ao universo antropocêntrico que fundamentou a ciência moderna. Importante dizer aqui que *Flora rebellis* e *Flora mutandis* utilizam o mesmo formato de aprendizado de máquina (Style GAN2). Contudo, operam em direções opostas. Na primeira, parti das categorias mais assentadas do racismo científico, procurando simular o método eugenista de Galton nos seus retratos compostos, para inviabilizá-lo. Na segunda, me apropriei do título da obra referencial da botânica brasileira, *Flora brasiliensis* (1840-1906), iniciada por Carl Friedrich von Martius (1794-1868), para colocar em jogo tudo que aprendi com *Flora rebellis*.

De certa forma, *Flora mutandis* sintetiza a pauta de *Botannica Tirannica*: um ecossistema de uma ciência errante, que transita entre supostos erros de leitura onde florescem seres híbridos, sem nome, sem raízes. Uma flora *mutatis mutandis*, isto é, que vive “mudando o que tem que ser mudado”.

Bibliografia

ABOLING, S. The Attribute »Jude« in Historic Vernacular Plant Names in Germany. **Aschkenas**, v. 16, n. 2, p. 583–623, 1 mar. 2008.

AGOSTINHO, M. DE B. A exposição antropológica brasileira de 1882: A sala Lund e a exibição de remanescentes humanos no Museu Nacional. **Ventilando Acervos**, n. 1, p. 36–48, 2019.

BEIGUELMAN, B. Genética, Ética e Estado: (Genetics, Ethics and State). **Brazilian Journal of Genetics**, v. 20, p. 525–530, set. 1997.

BEIGUELMAN, G. **Flora Mutandis**, 2022a. Disponível em: <<https://botannicatirannica.desvirtual.com/project/flora-mutandis/>>. Acesso em: 6 dez. 2022.



BEIGUELMAN, G. **Flora Rebellis**, 2022b. Disponível em:

<<https://botannicairannica.desvirtual.com/project/flora-rebellis/>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CARNEY, J. Seeds of Memory: Botanical Legacies of the African Diaspora. Em: VOEKS, R.; RASHFORD, J. (Eds.). **African Ethnobotany in the Americas**. New York, NY: Springer, 2013. p. 13–33.

CATHOLIC ENCYCLOPEDIA: Literary or Profane Legends. Disponível em:

<<https://www.newadvent.org/cathen/09121a.htm#section10>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

COCCIA, E. **A vida das plantas: uma metafísica da mistura**. Florianópolis: Cultura e Brabárie, 2018.

COZMAN, F. G.; PLONSKI, G. A.; NERI, H. **Inteligência artificial**. Text.Chapter. Disponível em:

<<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/650/579/2181>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico**. Tradução: José Augusto Ribeiro; Tradução: Carlos Afonso Malferrari. 1ª edição ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2011.

DAFNI, A.; BÖCK, B. Medicinal plants of the Bible-revisited. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 15, n. 1, p. 57, 27 nov. 2019.

DARWIN, C. **The descent of man, and selection in relation to sex**. New ed., rev.augm.[authorized edition] ed. New York,: D. Appleton and Company, 1896. p. 1–728

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução: Peter Pál Pelbart; Tradução: Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2005. v. 5

DUNCAN, S. **‘Nice Apples’ and Other Problematic Plant Language**. **Free Rads**, 29 set. 2016.

Disponível em: <<https://freerads.org/2016/09/29/nice-apples-and-other-problematic-plant-language/>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

EVANS, K. **Change Species Names to Honor Indigenous Peoples, Not Colonizers, Researchers Say**.

Disponível em: <<https://www.scientificamerican.com/article/change-species-names-to-honor-indigenous-peoples-not-colonizers-researchers-say/>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

FARA, P. **Sex, Botany, and Empire: The Story of Carl Linnaeus and Joseph Banks**. Illustrated edição ed. New York: Columbia University Press, 2004.

FISCHER, G. “Where are the Botocudos?” Anthropological displays and the entanglements of staring, 1882-1883. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, p. 969–992, 16 set. 2019.

FOSTER, H. (ED.). **Vision and Visuality: Discussions in Contemporary Culture #2: 02**. Seattle: New Press, 1998.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. Tradução: Salma Tannus Muchail. 6ª edição ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRIEDBERG, A. **The Virtual Window – From Alberti to Microsoft**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2009.



Revista ClimaCom, Políticas vegetais | pesquisa – artigos | ano 9, no. 23, 2022

GALTON, F. **Inquiries into Human Faculty and its Developments**. Londres: galton.org, 2001.

GOBINEAU, J.-A. (COMTE DE). **Essai sur l'inégalité des races humaines**. [s.l.: s.n.].

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, v. 6, n. 1, p. 159–165, 1 maio 2015.

HARAWAY, D. J. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.

HARAWAY, D. J.; WOLFE, C. **Manifestly Haraway**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

HIEMER, E. **Der Giftpilz**. Nuremberg: Stürmeverlag, 1938.

HUNTER, M. Racist Relics: An Ugly Blight on our Botanical Nomenclature. **The Scientist Magazine**, 24 nov. 1991.

IRVING, J. T. W. Botanical Gardens Colonial Histories and Bioprospecting - Naming and Classifying the Plants of the World. Em: ORLOW, U.; SHEIKH, S. (Eds.). **Theatrum Botanicum**. Berlin: Sternberg Press, 2021. p. 73–80.

KARRAS, T. et al. **Alias-Free Generative Adversarial Networks (StyleGAN3)**. 35TH CONFERENCE ON NEURAL INFORMATION PROCESSING SYSTEMS (NEURIPS 2021). 2021. Disponível em: <<https://nvlabs.github.io/stylegan3>>. Acesso em: 6 dez. 2022.

LAFUENTE, A.; VALVERDE, N. “Linnaean Botany and Spanish Imperial Biopolitics”. Em: **Colonial Botany: Science, Commerce, and Politics in the Early Modern World**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2007. p. 246–270.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 9a. ed. Campinas: Papirus Editora, 1990.

LINNÉ, C. VON; SALVIUS, L. **Caroli Linnaei...Systema naturae per regna tria naturae :secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis**. Holmiae: Impensis Direct. Laurentii Salvii, 1758. v. v.1. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/10277>>

MACHADO, M. H. P. T.; HUBER, S. (EDS.). **(T)races of Louis Agassiz: photography, body and science, yesterday and today = rastros e raças de Louis Agassiz : fotografia, corpo e ciencia, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Capacete Entretenimentos, 2010.

MARISCO, G.; ROCHA, R. Estudos Etnobotânicos em Comunidades Indígenas no Brasil. **Revista Fitos**, v. 10, n. 2, p. 155–162, 1 dez. 2016.

MASTNAK, T.; ELYACHAR, J.; BOELLSTORFF, T. Botanical Decolonization: Rethinking Native Plants. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 32, n. 2, p. 363–380, 1 abr. 2014.

NOTT, J. C.; GLIDDON, G. R. (GEORGE R. **Types of mankind: or, Ethnological researches based upon the ancient monuments, paintings, sculptures, and crania of races, and upon their natural, geographical, philological and Biblical history: illustrated by selections from the inedited papers**



Revista ClimaCom, Políticas vegetais | pesquisa – artigos | ano 9, no. 23, 2022

of Samuel George Morton and by additional contributions from L. Agassiz, W. Usher, and H.S. Patterson. Philadelphia: J.B. Lippincott, Grambo & Co., 1854. Disponível em: <http://archive.org/details/typesofmankindor01nott>.

Pau-brasil vira gênero de árvore. **Revista Fapesp**, n. 249, nov. 2016.

PEARSON, K. (ED.). Eugenics as a Creed and the Last Decade of Galton's life. Em: **The Life, Letters and Labours of Francis Galton: Volume 3: Correlation, Personal Identification and Eugenics.** Cambridge Library Collection - Darwin, Evolution and Genetics. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. v. 3p. 217–436.

PRAGER, S. **Four Flowering Plants That Have Been Decidedly Queered.** Disponível em: <https://daily.jstor.org/four-flowering-plants-decidedly-queered/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

SALATINO, A.; BUCKERIDGE, M. Mas de que te serve saber botânica? **Estudos Avançados**, v. 30, p. 177–196, ago. 2016.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPUTNIK INTERNATIONAL. **Swedish Plants Purged of “Anti-Semitism”, Become Politically Correct.** Disponível em: <https://sputniknews.com/20170915/sweden-anti-semitic-plans-1057426161.html>. Acesso em: 6 dez. 2022.

SUMMERELL, B. Slave traders' names are still stamped on native plants. It's time to 'decolonise' Australia's public gardens. **The Guardian**, 30 set. 2022.

TORRES, L. DE L. Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário “Homo sapiens 1900” de Peter Cohen. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 2, 1 fev. 2008.

TSING, A. L. **Friction: An Ethnography of Global Connection.** Illustrated edição ed. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2004.

VIEIRA, M. C. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, p. 317–357, 25 abr. 2019.

VOEKS, R. Ethnobotany of Brazil's African Diaspora: The Role of Floristic Homogenization. Em: VOEKS, R.; RASHFORD, J. (Eds.). **African Ethnobotany in the Americas.** New York, NY: Springer, 2013. p. 395–416.

WILLS, M. **The Lavender Scare.** Disponível em: <https://daily.jstor.org/the-lavender-scare/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

Recebido em: 15/09/2022

Aceito em: 15/10/2022



[1] Giselle Beiguelman é artista, curadora e Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Email: gbeiguelman@usp.br

[2] A Árvore da Vida (Etz Chaim, na Torá) é também um dos principais símbolos da Cabala. No campo dessa importante corrente da mística judaica, porém, ela não está associada à narrativa bíblica e é uma forma diagramática que contém as dez esferas espirituais pelas quais Deus se manifesta.

[3] NOWICK, E. *Historical Common Names of Great Plains Plants Volume I: Historical Names*. Nebraska: Zea Books, 2015. v. 1 e 2; BAYTON, R. *The Gardener's Botanical: An Encyclopedia of Latin Plant Names*. New Jersey: Princeton University Press, 2020.

[4] A festa de Sucot relembra os 40 anos de peregrinação no deserto do Sinai, depois da fuga do Egito, e é em homenagem aos nômades peregrinos que os religiosos dormem, nessa festa, em cabanas. Conhecida como a festa das colheitas, é a mais vegetal das comemorações judaicas e é considerada uma das três grandes festas que milenarmente invocavam peregrinações ao Templo de Jerusalém.

[5] Pansy craze ou loucura gay é o nome dado aos espetáculos que dominaram o circuito do entretenimento de Nova York nos anos 1930, marcando a saída do mundo gay dos espaços da subcultura para o mainstream.

[6] BEIGUELMAN, G. C. L. Salvaro: Antes de afundar, flutua. *Artishock Revista*, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://artishockrevista.com/2021/03/26/c-l-salvaro-antes-de-afundar-flutua/>.

[7] Ver também, a esse respeito, o pioneiro trabalho da artista brasileira Rosana Palazyan (*Por que Daninhas?*, 2006-2015), que investiga as relações entre daninhas e seres vivos considerados indesejados, questionando os paralelismos entre daninhas e pessoas em situação de rua e propondo, por meio de um jardim que abrigou plantas medicinais e daninhas, uma “reflexão sobre como viver junto e quem são as daninhas”, nas palavras da artista. Outros trabalhos artísticos referenciais para esta pesquisa problematizam a botânica como campo político, por meio de diversas linguagens, especialmente *Theatrum Botanicum* (2016), do artista Uriel Orlow, e uma série de obras da artista e professora da UFES, Raquel Garbelotti, entre as quais destaco aqui a série *Invasoras* (2021).